



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

3. CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO

3.1. Considerações iniciais

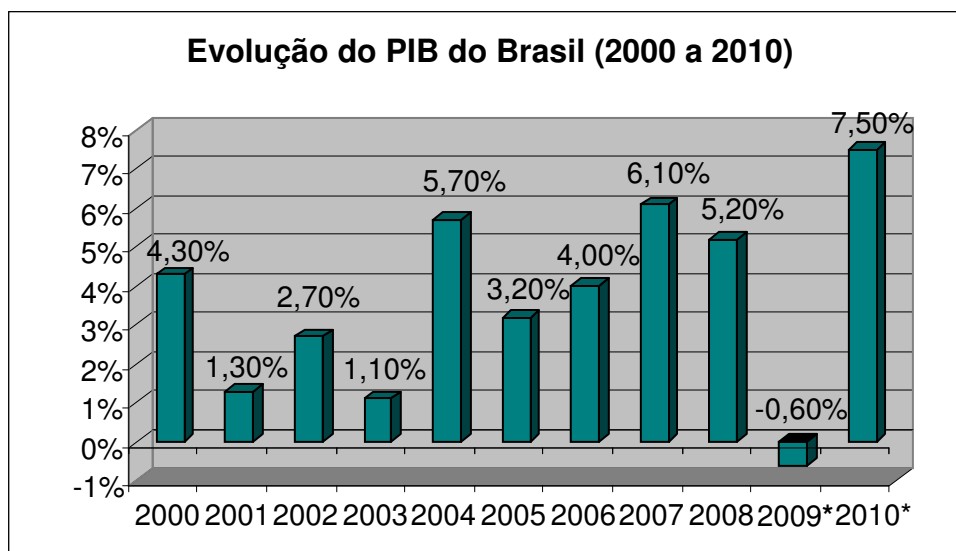
O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais como forma de contextualizar o estado de Pernambuco no cenário nacional.

Será feita uma análise comparativa entre o estado de Pernambuco, os demais estados da federação e o Brasil tomando por base os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto – PIB, taxa de investimento, população, balança comercial, índice de inflação, emprego formal, taxa de desemprego, rendimento médio e indicadores de saneamento. Para tal análise, foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

3.2. Cenário econômico nacional

O ano de 2010 foi caracterizado pela recuperação da economia nacional. Em 2009 a economia brasileira foi bastante afetada pela crise financeira internacional que teve início ao final de 2008 e se estendeu pelo ano seguinte. A variação do PIB nacional de 2009 em relação ao de 2008 foi negativa em 0,6%. Em 2010, por sua vez, o PIB nacional apresentou uma representativa taxa de crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior, sendo o seu valor, a preços de mercado, da ordem de R\$ 3,67 trilhões.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional de 2000 até 2010.



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares



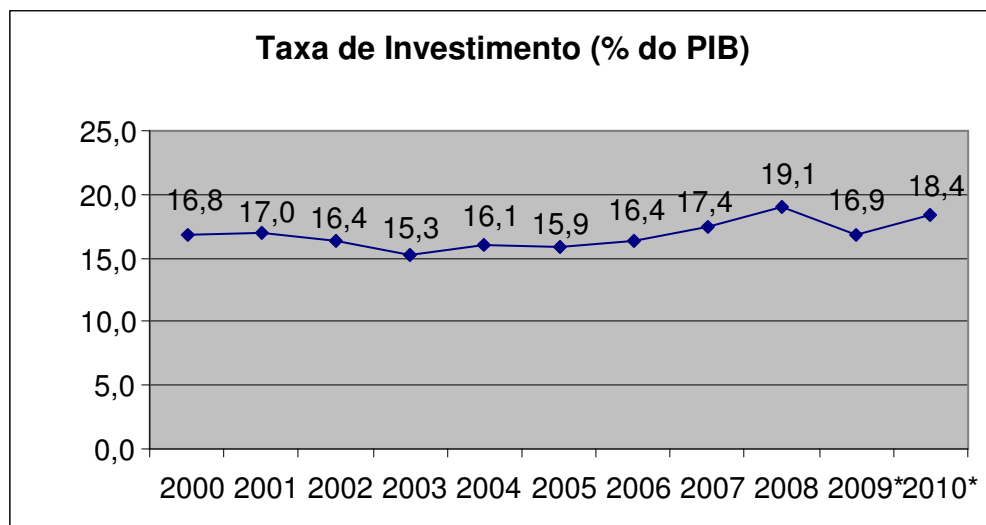
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Vale ressaltar que o crescimento acumulado do PIB em 2010 foi o mais elevado desde 1986 (também de 7,5%), segundo informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O PIB, sob a ótica da oferta, é o somatório dos três setores que compõem a economia (Indústria, Agropecuária e Serviços) e dos Impostos sobre Produtos.

Segundo a publicação do IBGE: Indicadores IBGE – Contas Nacionais Trimestrais – Indicadores de Volume e Valores Correntes – outubro a dezembro/2010, o crescimento de 7,5% do PIB em 2010 foi decorrente do desempenho da Agropecuária (6,5%), da Indústria (10,1%) e dos Serviços (5,4%) bem como do crescimento de 12,5% nos Impostos sobre Produtos.

Com relação à Taxa de Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF, que representa o volume de investimento na economia, dividida pelo PIB a preços de mercado), o gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2010 foi de 18,4% do PIB, superior à taxa referente ao ano anterior (16,9%). Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pela expansão, em volume, da Formação Bruta de Capital Fixo no ano de 2010 em relação a 2009 (21,8%), segundo informação do IBGE.

Após essa breve análise da conjuntura econômica nacional, segue análise um pouco mais detalhada da conjuntura econômica do Estado de Pernambuco.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

3.3. Cenário econômico estadual

3.3.1. População

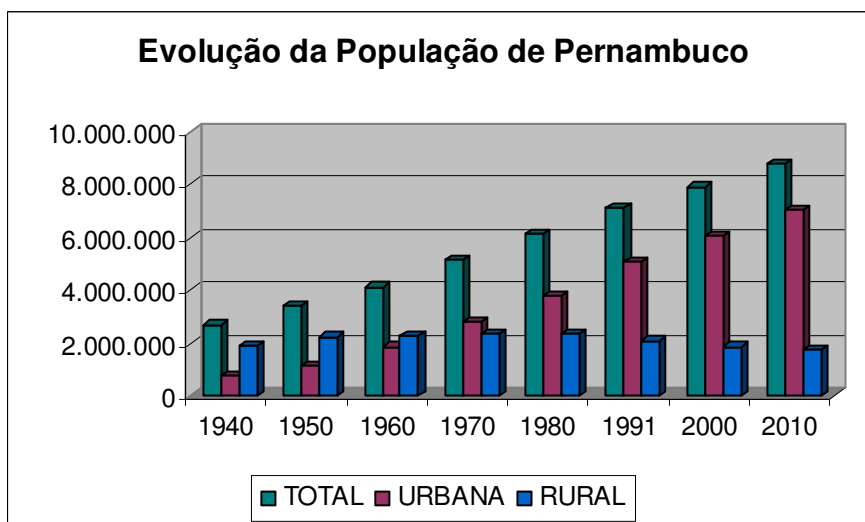
O IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total vivendo na zona urbana e 26,87% vivendo na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

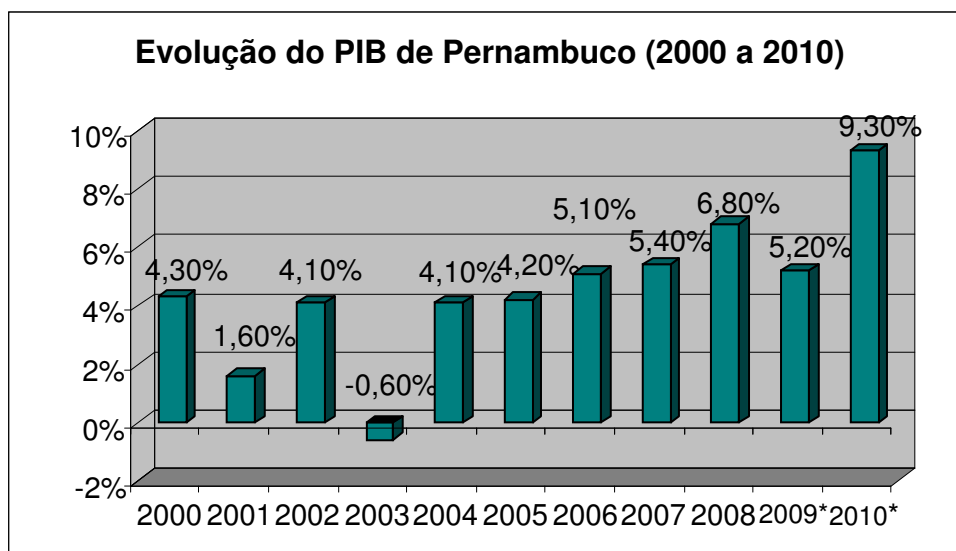
Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70, a população do estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

3.3.2. Produto Interno Bruto

Assim como ocorreu com a economia nacional, a economia pernambucana também passou por um processo de recuperação em 2010. O PIB estadual, cuja taxa de crescimento em 2009 foi de 5,2% em relação a 2008, cresceu consideravelmente em 2010, a uma taxa de 9,3% em relação a 2009.

Conforme informações da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB de Pernambuco em 2010 foi da ordem de R\$ 87,17 bilhões. Ainda segundo a citada Agência, esse dado é provisório e a divulgação do dado definitivo ocorre em conjunto com o IBGE com uma defasagem de dois anos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB estadual de 2000 até 2010.



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

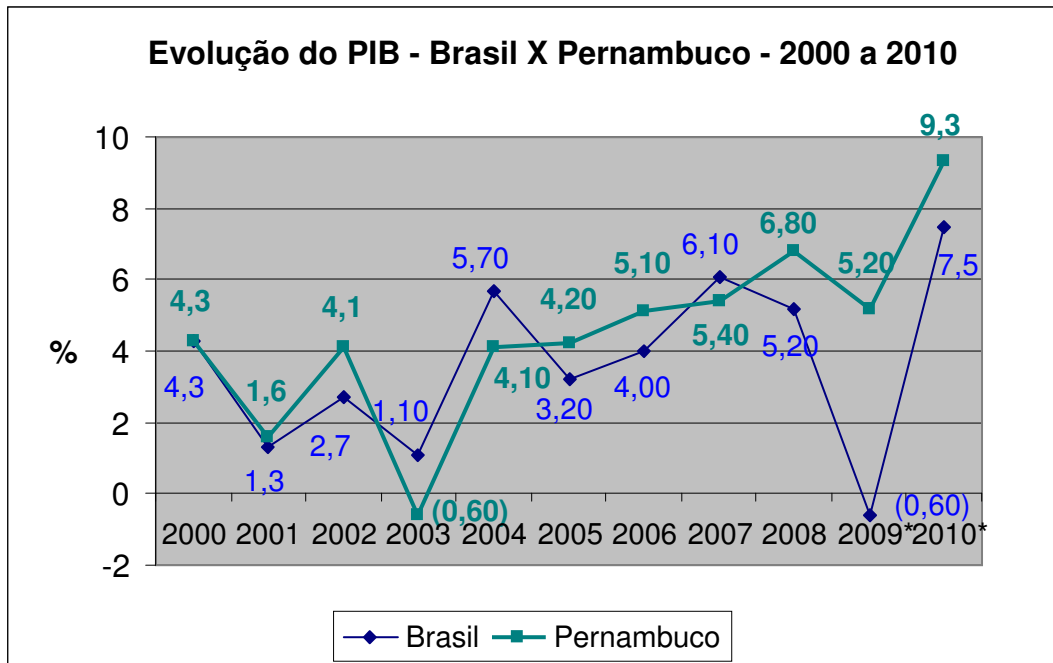
Nota: (*) Dados preliminares

O crescimento de 9,3% do PIB estadual em 2010 foi decorrente do desempenho da Agropecuária (8,3%), da Indústria (12,5%) e dos Serviços (8,7%) bem como do crescimento de 10,6% nos impostos sobre a produção.

O gráfico a seguir faz um comparativo entre o PIB nacional e o estadual, em termos percentuais, de 2000 a 2010.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

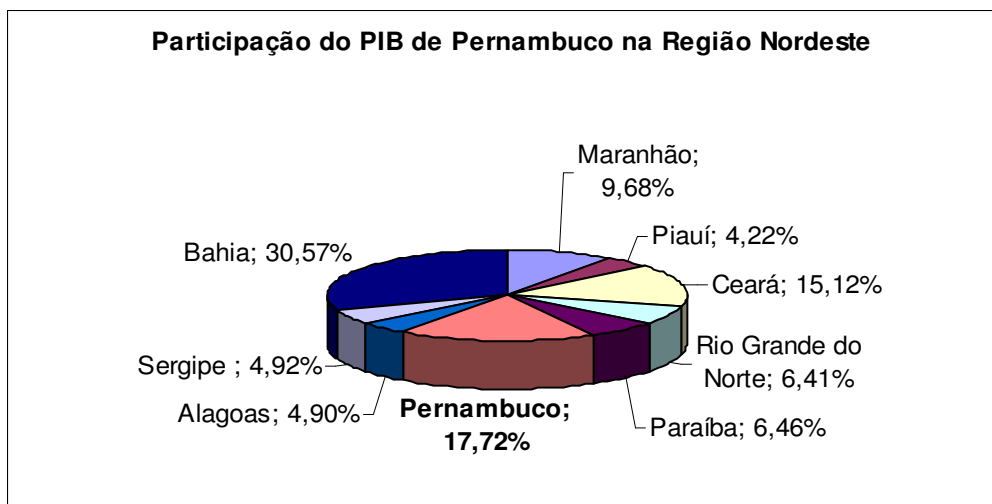


Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares

A partir do gráfico acima, observa-se que desde 2005 (com exceção do ano de 2007) a economia pernambucana tem apresentado um ritmo de crescimento superior ao da economia nacional. Com relação a 2010, enquanto a economia do Brasil cresceu 7,5% em relação a 2009, o crescimento do PIB pernambucano ficou 1,8 ponto percentual acima do nacional, crescendo 9,3%.

Com relação à participação percentual do PIB Pernambucano no PIB da Região Nordeste, os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE são de 2008, conforme gráfico a seguir:



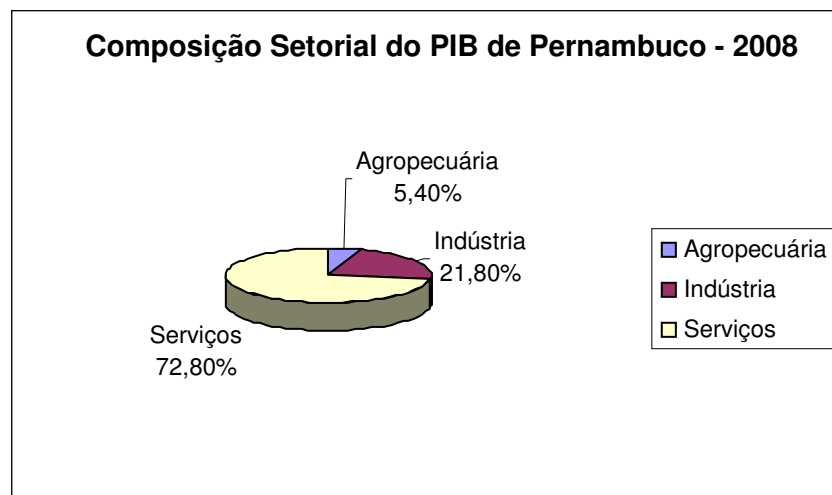
Fonte: IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em 2008 o PIB de Pernambuco representou 17,72% do PIB da Região Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia, cujo PIB correspondeu a 30,57% do PIB nordestino. Ainda segundo o IBGE, em 2008 o PIB pernambucano ocupava a décima posição no ranking nacional, ficando atrás dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal e Goiás, conforme ordem decrescente dos PIBs.

Outra informação relevante corresponde à composição do PIB pernambucano por setores da economia – Agropecuária, Indústria e Serviços. Com base nos dados da Agência CONDEPE-FIDEM e do IBGE - ano 2008, dados mais recentes disponibilizados, foi elaborado o gráfico a seguir.



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE

Verifica-se que o setor de serviços era o principal componente do PIB estadual, tendo uma participação de 72,8% do seu total. Em segundo lugar vem o setor industrial que corresponde a 21,8% do PIB e, por fim, vem o setor agropecuário, cuja participação no PIB estadual é de 5,4%.

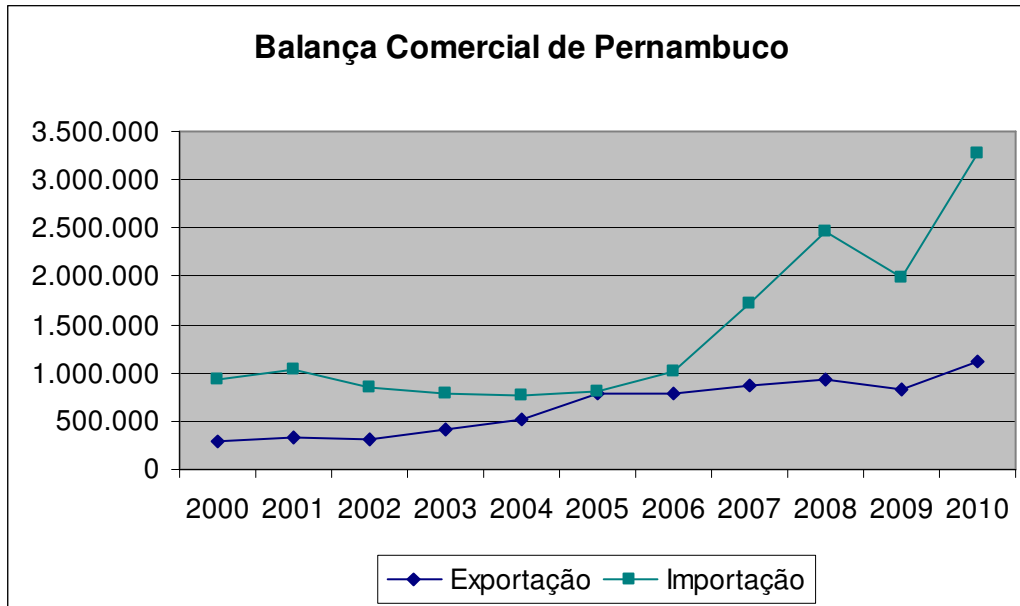
3.3.3. Balança comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do Estado de Pernambuco. A partir de dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, foi elaborado o gráfico a seguir contendo uma série histórica de dados da balança comercial pernambucana (importações x exportações) de 2000 até 2010.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

US\$ Mil FOB¹



Fonte: MDIC/SECEX

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. O déficit comercial do estado atingiu US\$ 2,2 bilhões em 2010, aumentando 87% em relação ao ano anterior, com as exportações totalizando US\$ 1,1 bilhão e as importações, US\$ 3,3 bilhões.

Segundo o Boletim Regional do Banco Central do Brasil - BACEN, de janeiro de 2011, “A elevação de 35% nas vendas externas refletiu aumentos de 27% nos preços e de 6% no *quantum*, enquanto o acréscimo de 65% nas compras externas decorreu de crescimentos respectivos de 3% e 61%.”

O referido Boletim afirma ainda que “O desempenho das exportações decorreu de elevações nas vendas em todas as categorias de fator agregado, com ênfase no crescimento de 88% nas relativas a produtos semimanufaturados, favorecidas pelo desempenho das vendas de açúcar de cana em bruto. O crescimento das importações, registrado em todas as categorias de uso, refletiu, em especial, as expansões nas compras de bens de consumo, 96%, e de bens de capital, 89%, estas sensibilizadas pelas aquisições de trilhos para a construção da Ferrovia Transnordestina e de maquinaria industrial.”

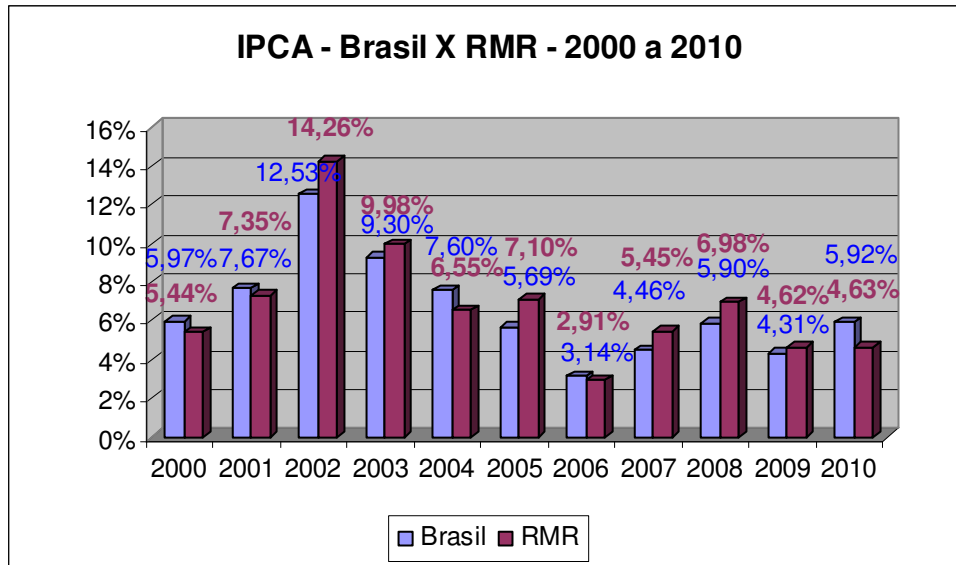
¹ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

3.3.4. Inflação

Outro indicador relevante é o índice de inflação. O gráfico a seguir compara a inflação medida na Região Metropolitana do Recife - RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2000 a 2010.



Fonte: IBGE

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2002, chegando-se as taxas de 12,53% para o Brasil e 14,26% para a RMR. Em 2010 o IPCA do Brasil superou o da RMR, sendo o primeiro de 5,92% e o último de 4,63%. Quando comparado com 2009, verifica-se que houve aumento da inflação a nível nacional, ficando praticamente estável na RMR.

3.3.5. Emprego e desemprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil gerou 2.555.421 empregos formais no ano de 2010. A Região Nordeste foi responsável pela geração de 494.245 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 19% do total gerado a nível nacional.

Do total de empregos formais gerados pelo Nordeste (494.245), o Estado de Pernambuco contribuiu com 117.013 empregos, ou seja, 24% dos empregos formais criados no Nordeste foram originários de Pernambuco.

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2010 as admissões superaram os desligamentos em todos os estados da federação bem como no Distrito Federal. Com



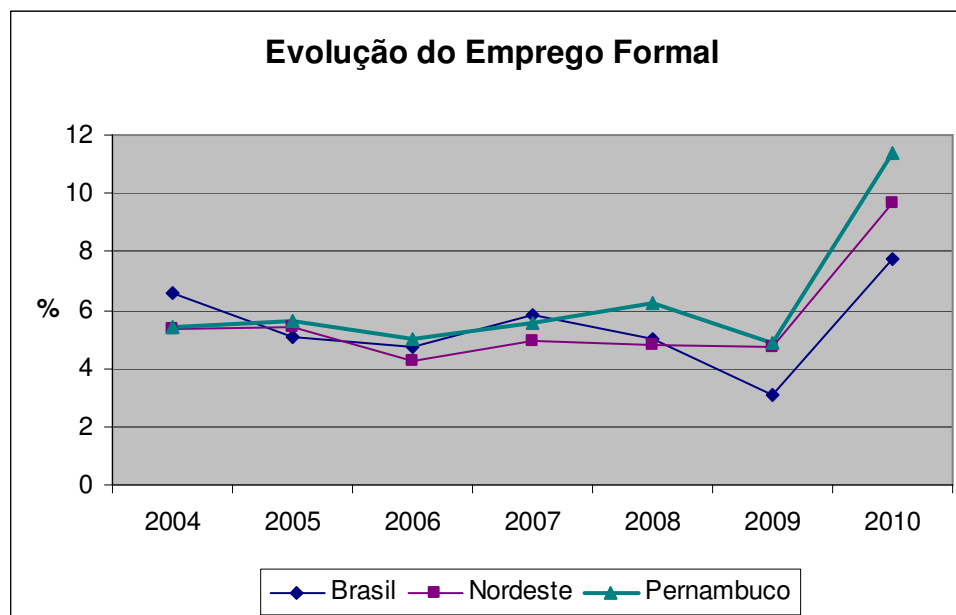
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

relação à taxa de variação de empregos formais em 2010, Pernambuco ocupa a 6ª posição no ranking nacional, com uma taxa de crescimento de 11,36%, ficando atrás apenas dos estados de Rondônia (13,22%), Maranhão (12,67%), Roraima (12,66%), Piauí (11,60%) e Tocantins (11,42%).

A tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo da variação do emprego formal em termos percentuais entre o Brasil, a Região Nordeste e o estado de Pernambuco no período de 2004 a 2010.

Variação do Emprego Formal (%)			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2004	6,55	5,38	5,43
2005	5,09	5,39	5,59
2006	4,72	4,28	4,98
2007	5,85	4,92	5,54
2008	5,01	4,82	6,24
2009	3,11	4,74	4,85
2010	7,74	9,65	11,36

Fonte: MTE-CAGED



Fonte: MTE/CAGED

Verifica-se que a variação do emprego formal em 2010 foi bem superior à observada em 2009 tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste e para Pernambuco. Observa-se ainda que para todo o período retratado as taxas de crescimento de Pernambuco superaram as do Nordeste. Por fim, desde 2008 as taxas de crescimento do emprego formal no Estado têm superado as taxas de crescimento em nível nacional.



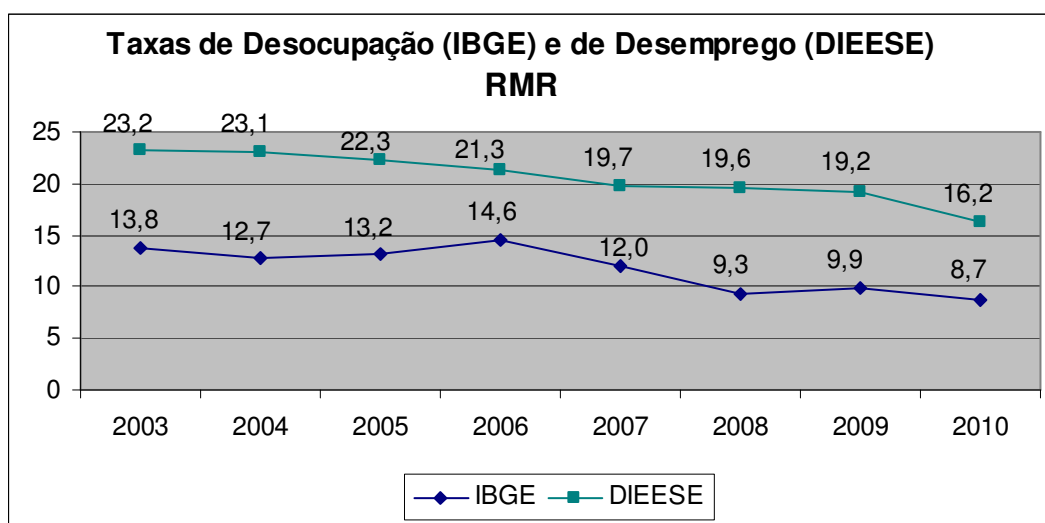
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Com relação ao desemprego no Brasil, este é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos – DIEESE.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego e Salário – PME e por meio desta calcula a taxa de desocupação. Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, obtendo a taxa de desemprego. Elas usam critérios diferentes para medição do desemprego. Enquanto a pesquisa do IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, a pesquisa do DIEESE utiliza o critério de desemprego total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto².

Considerando que os referidos institutos direcionam suas pesquisas relacionadas ao desemprego para as Regiões Metropolitanas e que a população da Região Metropolitana do Recife – RMR (cerca de 3,69 milhões de habitantes em 2010) representa uma considerável parcela da população do Estado de Pernambuco (cerca de 8,79 milhões de habitantes em 2010), serão utilizados dados relativos às principais Regiões Metropolitanas nas análises a seguir.

O gráfico a seguir faz uma comparação entre as taxas de desocupação e desemprego na RMR, de 2003 a 2010, medidas respectivamente pelo IBGE e pelo DIEESE.



Fonte: IBGE e DIEESE

²**desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho e nem por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Verifica-se que na RMR enquanto o IBGE apontou, ao final de 2010, uma taxa de desocupação de 8,7%, o DIEESE chegou a uma taxa de desemprego total de 16,2%, bem superior à primeira. Observa-se ainda que as taxas medidas pelo DIEESE vêm decrescendo ao longo do período retratado, enquanto que as medidas pelo IBGE apontam uma tendência de decrescimento embora apresentem algumas oscilações.

Vale ressaltar que o Governo do Estado utiliza em suas publicações a metodologia do IBGE, a exemplo do Relatório das Ações de Governo e da Lei 13.306/2007 – Anexo I – Plano Plurianual 2008-2011. Entretanto, o critério estabelecido pelo DIEESE é definido pelos pesquisadores como mais completo por não apenas levar em consideração o desemprego aberto, mas também o desemprego oculto. Ademais, é utilizado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT e reconhecido pelo conselho deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalho - FAT. A Agência CONDEPE/FIDEM é parceira do DIEESE e utiliza em suas pesquisas o critério definido por este departamento de estatística.

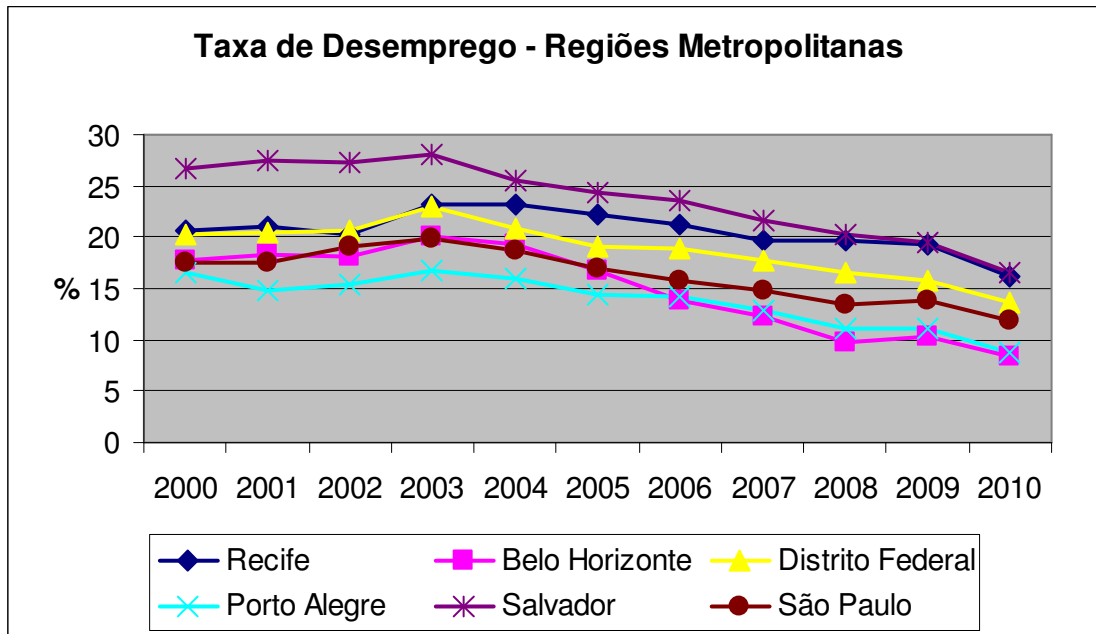
Seguem tabela e gráfico fazendo comparativo entre as taxas de desemprego das Regiões Metropolitanas do Recife, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, de 2000 a 2010, com base em pesquisas realizadas pelo DIEESE.

Taxas de Desemprego – Regiões Metropolitanas – 2000 a 2010 (%)						
	RECIFE	BELO HORIZONTE	DISTRITO FEDERAL	PORTO ALEGRE	SALVADOR	SÃO PAULO
2000	20,7	17,8	20,2	16,6	26,6	17,6
2001	21,1	18,3	20,5	14,9	27,5	17,6
2002	20,3	18,1	20,7	15,3	27,3	19
2003	23,2	20,0	22,9	16,7	28,0	19,9
2004	23,1	19,3	20,9	15,9	25,5	18,7
2005	22,3	16,7	19,0	14,5	24,4	16,9
2006	21,3	13,8	18,8	14,3	23,6	15,8
2007	19,7	12,2	17,7	12,9	21,7	14,8
2008	19,6	9,8	16,6	11,2	20,3	13,4
2009	19,2	10,3	15,8	11,1	19,4	13,8
2010	16,2	8,4	13,6	8,7	16,6	11,9

Fonte: DIEESE



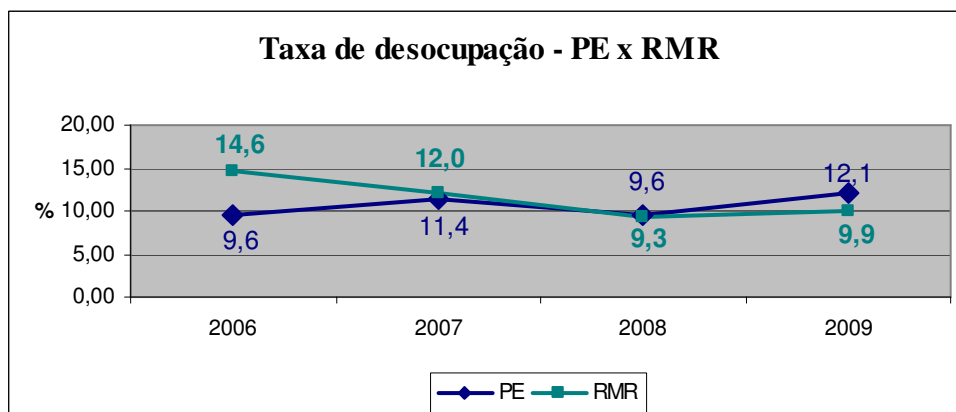
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: DIEESE

Verifica-se que, dentre as Regiões Metropolitanas analisadas, a RMR possui a segunda maior taxa de desemprego em praticamente todo o período retratado ficando abaixo apenas da Região Metropolitana de Salvador. Observa-se ainda que em todas as regiões metropolitanas pesquisadas a taxa de desemprego vem caindo ao longo dos anos.

Para finalizar, segue gráfico comparativo entre a taxa de desocupação medida pelo IBGE para o estado de Pernambuco e para a RMR de 2006 a 2009.



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que a taxa de desocupação da RMR superou a do estado em 2006 e 2007, ocorrendo uma inversão no período seguinte com a taxa de desocupação no estado ultrapassando a taxa da RMR em 2008 e 2009.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

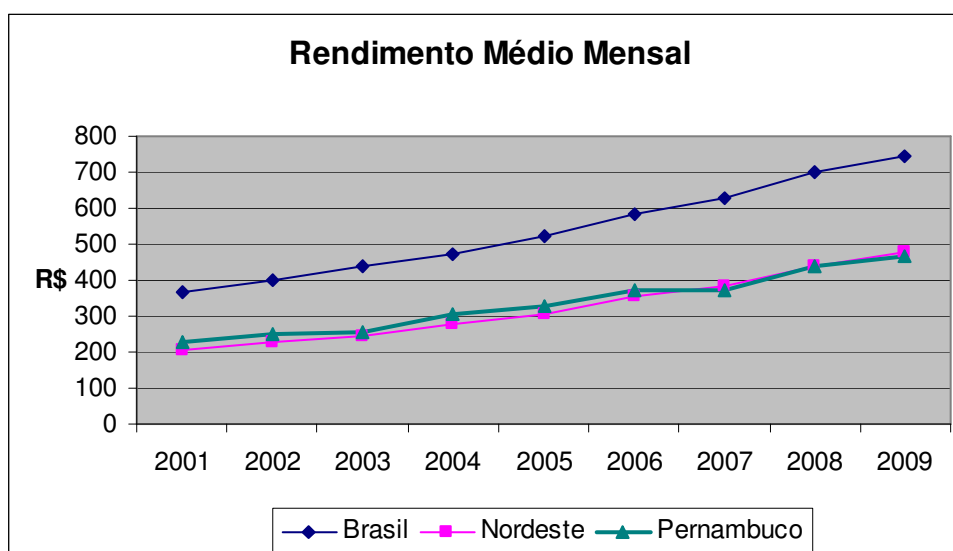
3.3.6. Rendimento

O rendimento médio mensal é um indicador medido pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Segue tabela e gráfico através dos quais fez-se um comparativo entre o valor do rendimento médio no período entre 2001 e 2009 (dados mais recentes disponíveis) para o Brasil, o Nordeste e o Estado de Pernambuco.

Em R\$ 1,00

Rendimento Médio Mensal			
Período	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2001	365	205	227
2002	400	228	250
2003	437	247	253
2004	473	279	307
2005	525	308	329
2006	585	356	372
2007	626	381	375
2008	701	438	441
2009	745	477	467

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

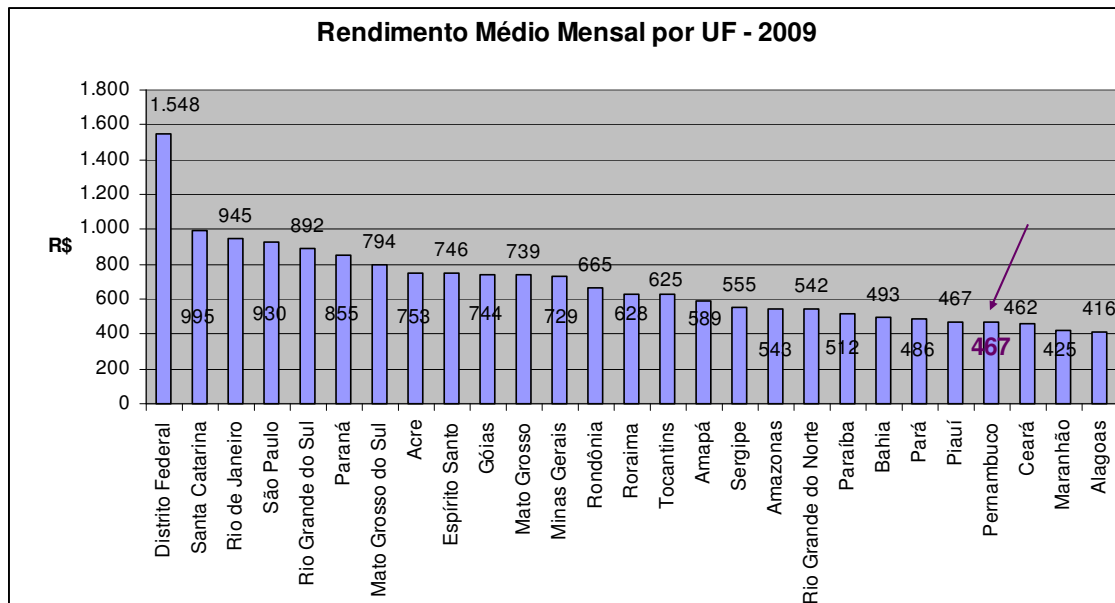
Observa-se que em todo o período retratado o rendimento médio em Pernambuco praticamente se confunde com o do Nordeste, enquanto que o rendimento médio nacional supera o estadual em aproximadamente 62% quando considerada a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

média do período. Destaque-se, entretanto, a tendência de crescimento do referido indicador ao longo do período analisado.

Tomando por base o ano de 2009, o gráfico a seguir apresenta um comparativo entre o rendimento médio por unidade da federação.



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Quanto ao rendimento médio mensal, verifica-se que o estado de Pernambuco ocupa a 23ª posição no ranking nacional, empatado com o Piauí, considerando os 26 estados e o Distrito Federal. Quando comparados apenas os estados nordestinos, Pernambuco ocupa a 5ª posição, empatado com o Piauí.

3.3.7. Programas de incentivos fiscais do Estado de Pernambuco

O Estado de Pernambuco mantém três programas de incentivos fiscais: o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - Prodepe, o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco - Prodinpe e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolas Esportivas do Estado de Pernambuco.

O Prodepe foi instituído pela Lei nº 11.675, de 11/10/99, e regulamentado pelo Decreto nº 21.959, de 27/12/99. Tal programa compreende um conjunto de incentivos fiscais direcionados para alguns setores da atividade econômica, entre os quais se destacam o industrial, a central de distribuição e o importador atacadista.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

O Prodinpe contempla um pacote de incentivos fiscais a fim de fomentar investimentos a partir da instalação do Estaleiro Atlântico Sul, no Complexo Industrial e Portuário de Suape - viabilizando a construção, ampliação, reparo, modernização e transformação de embarcações e de plataformas ou respectivos módulos.

O Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolas Esportivas do Estado de Pernambuco foi instituído pela Lei nº 13.179, de 29 de dezembro de 2006, com o objetivo de atrair e fomentar estabelecimentos industriais que realizem ou venham a realizar atividades de fabricação e montagem desses tipos de produtos, mediante a concessão de incentivos fiscais.

Os incentivos fiscais concedidos têm proporcionado a instalação de diversas empresas no Estado. Tal fato tem contribuído para o crescimento expressivo do PIB estadual, que em 2010 foi de 9,30%, e do emprego formal no Estado que em 2010 apresentou uma taxa de crescimento de 11,36% em relação a 2009.

3.3.8. Principais pólos de desenvolvimento do Estado

Segundo informações da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco- AD-Diper, através do Ofício AD-Diper/DIPRE nº 097/11, de 06/07/11, os principais pólos de desenvolvimento do Estado são os seguintes:

Pólos consolidados:

- Pólo médico
- Pólo de tecnologia da informação e comunicação
- Pólo gesseiro do Araripe
- Pólo da fruticultura irrigada
- Pólo de avicultura
- Pólo sucroalcooleiro
- Pólo de confecções

Pólos em consolidação:

- Parque tecnológico de eletroeletrônicos
- Pólo farmacológico
- Pólo de calçados
- Pólo moveleiro
- Pólo automobilístico
- Pólo petroquímico

Pólos futuros

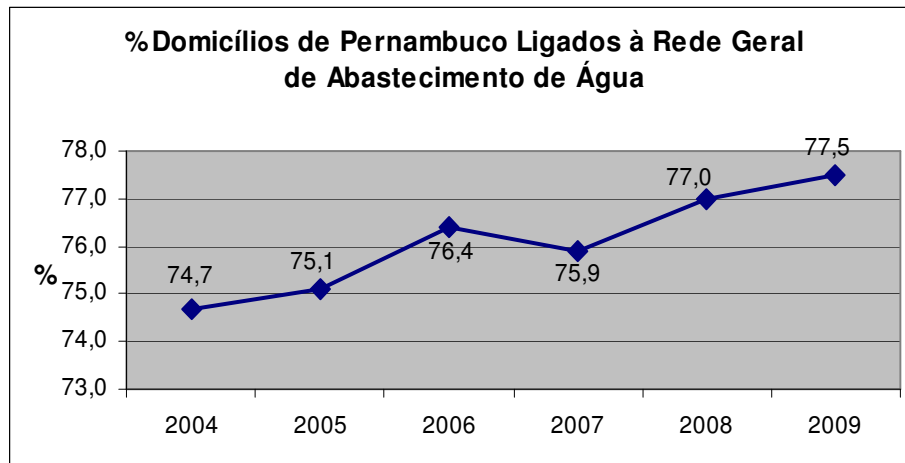


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

- PE2 - Pólo ecológico
- Pólo logístico (Plataforma Logística Multimodal Miguel Arraes/Salgueiro – Sertão Central)

3.3.9. Saneamento

Os gráficos a seguir foram elaborados com base em dados do IBGE relativos a indicadores sociais de saneamento. O primeiro demonstra o percentual de domicílios pernambucanos ligados à rede geral de abastecimento de água, de 2004 a 2009 (dados mais recentes disponíveis).



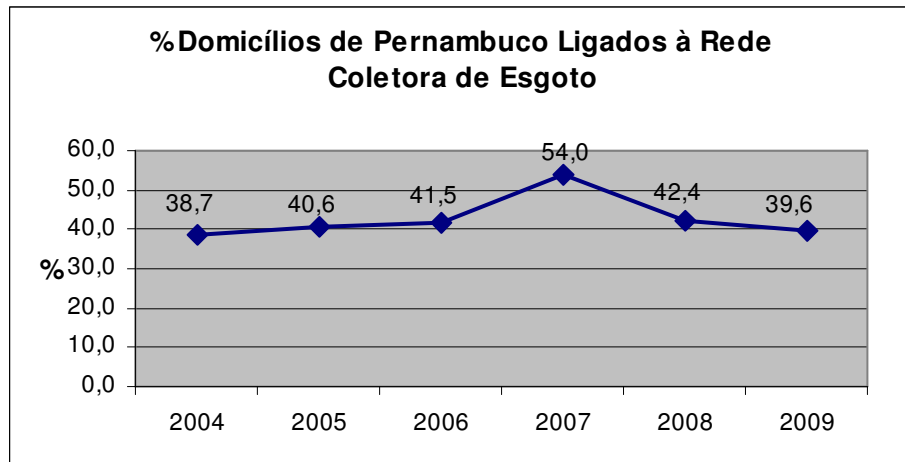
Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Verifica-se um crescimento no percentual de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água de 74,7%, em 2004, para 77,5%, em 2009. Ainda com base em dados do IBGE, observa-se que em 2009, considerando-se as 27 unidades da federação, Pernambuco ocupa a 18ª posição no ranking nacional.

O segundo gráfico demonstra o 'percentual de domicílios pernambucanos ligados à rede coletora de esgoto', de 2004 a 2009 (dados mais recentes disponíveis).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Verifica-se que o percentual de domicílios ligados à rede coletora de esgoto é bem menor do que os ligados à rede geral de abastecimento de água. Constatase que, em 2009, 39,6% dos domicílios estavam ligados à rede de esgotos, o que representa a nona posição no ranking nacional considerando as 27 unidades da federação (estados e Distrito Federal).

3.4. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que Pernambuco encontra-se, de fato, em um ciclo de expansão econômica, com elevadas taxas de crescimento tanto do PIB quanto do emprego formal. Entretanto, a taxa de desemprego, embora decrescente ao longo dos anos, ainda está elevada e alguns indicadores apontados como, por exemplo, rendimento médio e percentual de domicílios ligados à rede de esgoto encontram-se baixos, especialmente quando comparados com as demais unidades da federação.